

Educação Libertadora em escola do MST

Leomar Borba Medeiros
medeirosijui@gmail.com

Introdução

O modelo de desenvolvimento econômico que se implantou no ocidente nos dois últimos séculos fez com que os padrões sociais e culturais das sociedades, então constituídas, reproduzissem contradições correspondentes àquelas que se formaram junto ao núcleo da economia. A concretização do sistema capitalista como modelo de produção, ao mesmo tempo em que criou as bases para a consolidação de Estados modernos fortes, fragilizou-os no decorrer da história.

Manteve as iniciativas dos Estados nacionais, em suas diversas esferas de atuação, condicionadas às estratégias e dinamismos de um mercado globalizado, inclusive a educação.

Contudo, tem sido importante o papel histórico dos movimentos sociais na denúncia e enfrentamento a esta ordem mundial que mantém o mercado como referência para a organização das sociedades e vidas das pessoas. Mostram como a

exploração do trabalho, mesclada por outras formas de dominação, tornam-se mais intensas numa economia capitalista globalizada.

A atuação dos movimentos sociais acontece em diversas esferas dessas sociedades. Porém, uma delas não está desvinculada das outras. Mesmo agindo nos lugares onde se organizam e constroem suas bases de sobrevivência e reprodução, afetam relações sociais e instituições que se estruturam e agem globalmente.

Suas mobilizações, lutas, reivindicações e ações propositivas, conforme mostra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), têm trazido resultados importantes como pudemos testemunhar, ao conhecer (educando e pesquisando) algumas de suas escolas. E também ao acompanhar a transformação da Educação do Campo em Política Pública. Ultrapassam a denúncia a uma educação que se orienta pelos interesses das elites. Procuram viabilizar a implantação de seus ideais de educação, como orientação e valorização dos camponeses que organiza.

Buscamos, com este trabalho, abordar como os camponeses do MST, no RS, chegam a conquistar papel relevante em instituições modernas, como a escola, e refletir sobre elementos que fundamentam seus processos educativos. *Como a escola incorpora contribuições da educação libertadora proposta por Paulo Freire, quanto ao contexto, diálogo e emancipação dos educandos e educandas em seus processos educativos?* Esta reflexão se fará tendo como referência o processo educativo de uma escola de assentamento, e as contribuições teóricas da Educação Libertadora freireana. Acontece mediante lógica e procedimentos da pesquisa participante: observação participante, consulta a documentos e entrevista não estruturada.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

No Brasil, entre as manifestações dos povos historicamente excluídos dos benefícios do projeto de modernidade, as que aconteceram a partir do campo têm se destacado. Mesmo passando por altos e baixos, têm conseguido grandes conquistas e alcançado visibilidade. Na segunda metade do século XX o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra se constituiu, combinando o atendimento a necessidades imediatas desses excluídos e uma vontade de mudança nas relações sociais.

O MST originou-se nas lutas pela terra no Sul do país desde 1978. Antes, outros movimentos haviam levantado a bandeira da reforma agrária como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER, durante os anos 60, no Rio Grande do Sul, que reuniu boa parte das lideranças locais que lutavam pela Reforma Agrária. (AUED et al, 2005, p. 63)

A ditadura militar, no Brasil, silenciou pessoas, grupos sociais, instituições e represou necessidades que nem puderam ser nomeadas devido à repressão. Estas tiveram, porém, mais força do que as táticas de silenciamento impostas aos que necessitavam de trabalho e terra para produzir, lugar para viver, condições para ser e se desenvolver como pessoas. Ao se juntarem a experiências de outros grupos sociais, terem acesso à memória de lutas anteriores às suas e conseguirem apoio de instituições e pessoas que os ajudaram a ampliar percepções sobre os tempos vividos foram à ação, de forma organizada.

No que diz respeito especificamente à luta dos sem-terra, esse movimento tem início na Encruzilhada Natalino (RS), em dezembro de 1980. Não eram mais do que uma dezena, no princípio, mas tempos depois mais de 600 pessoas. Segundo Marcon (2002, p. 44) em parte eles foram influenciados pelo MASTER, mas eles surgem também porque catalisam as contradições da estrutura fundiária na região. (AUED et al, 2005, p. 66)

Empunhando a bandeira da Reforma Agrária, o MST se constituiu formalmente e cresceu, lutando contra as desigualdades sociais.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. (MST, 2002, p. 9)

Além do enfrentamento político-social pelo direito à terra, o MST passou a lutar por educação e escola. Não descuidou das crianças e dos jovens que foram viver sob a sua orientação. Educar, para e no Movimento, logo se tornou prioridade. Ter escolas (mesmo

que fossem itinerantes), professoras e professores e um jeito de aprender e ensinar, foi outra necessidade que se somou às primeiras.

Uma escola num Assentamento

A educação no MST tem sido motivo de mobilizações que mostram grande criatividade.

O assentamento Rondinha, município de Joia, RS, possui uma história de lutas e negociações. Conforme o PPP da Escola Estadual de Ensino Médio Joceli Correa (PPP, 2006, p.2):

No dia 15 de março de 1995, o governo federal não resistindo à pressão da luta, resolveu negociar a compra da área da Fazenda Rondinha, no valor de R\$ 8 milhões e 300 mil reais. Porém, como a empresa VARIG estava em débito com o governo federal, pelo não pagamento do INSS, este recebeu a área em desconto da dívida. A mesma foi sorteada no dia oito de abril de 1995, tendo sido assentadas 232 famílias, em torno de 800 pessoas, oriundas da grande região de Palmeira das Missões, região das Missões e região de Erechim (...)

Esta escola surge do processo de lutas do Movimento por uma educação voltada para seus filhos. Na medida em que foram assentadas as famílias, a assistência do Estado se manifestou em medidas “provisórias” tomadas pelo poder público estadual e local.

No mesmo ano do assentamento, logo que as primeiras 40 famílias aqui chegaram, entraram com um pedido junto às negociações com o governo estadual, de uma escola para o assentamento. Mas, como este processo ia demorar tiveram que mandar seus filhos de 1^a a 4^a série para uma escola próxima, a Escola Municipal de 1^o Grau Incompleto Leonilda Zardin Nicoletti e de 5^a a 8^a série, para a Escola Estadual de 1^o Grau Edmar Kruehl, na localidade de São José. (PPP, 2006, p.2)

As realidades pedagógicas das escolas do município não estavam adequadas para oferecer atendimento que incorporasse os educandos do Movimento, que se firmara no município. As distâncias entre estas escolas e o assentamento justificavam a demanda por uma escola local.

O Movimento iniciou, assim, a luta pela construção de uma escola voltada às famílias dos assentados, o que se concretiza em 1998 quando oficialmente é entregue a escola à comunidade.

Em 2003 fomos novamente desafiados a rever, avaliar e reconstruir nossa Proposta Política Pedagógica, tendo como pano de fundo a Educação Popular. Em 2004 conquistamos o Ensino Médio, nos trazendo novos desafios de equacionar a metodologia da Pesquisa Participante em todas as modalidades de Ensino. (PPP, 2006, p.4)

Nova proposta de escola se apresenta elaborada de forma conjunta com a comunidade local. Foi adotada a pesquisa participante, e os procedimentos foram a observação participante e entrevistas, para o conhecimento do contexto histórico da comunidade, o impacto do assentamento e o papel que a escola começava a assumir neste todo.

Portanto, trazendo presente esta realidade e culminando com a abertura do Estado com as discussões através da Constituinte Escolar iniciou-se uma nova e ampla discussão na comunidade escolar e assentada, em torno da construção de uma Proposta Política Pedagógica para a Escola. (PPP, 2006, p. 3)

Da mesma a prática da pesquisa participante passou a fazer com que conhecêssemos as necessidades e expectativas das famílias assentadas.

Os princípios centrais trabalhados pela escola decorrem especialmente da Educação Libertadora de Paulo Freire, como mostra a tabela:

Tabela 1 – Contexto, diálogo e emancipação, segundo Escola do MST e Educação Libertadora, Jóia, RS.

	Escola MST	Educação Libertadora
Contexto	Pela pesquisa participante a escola visa formar sujeitos com capacidade de analisar e interagir com a realidade local e global.	Realidade objetiva, possível de ser conhecida e transformada. Vê o contexto pelas leituras e observações ancoradas nas relações entre os sujeitos no mundo, e com o mundo; temporalidade e historicidade.

Diálogo	É desenvolvido entre educandos/educadores e com a comunidade Pela pesquisa participante realiza diálogo de saberes e desenvolve temas geradores Busca compreender e descolonizar relações de poder e saberes	Diálogo é encontro entre os homens mediatizados pelo mundo. Exigência existencial; é encontro de homens em perspectiva de conquista do mundo para “ser mais”.
Emancipação	Pedagogia emancipatória: Relação entre prática e teoria; Realidade base da produção do conhecimento; Gestão democrática; Formação : - Político-Social; - Organizativa - Técnico-Profissional - Moral - Cultural e Estética - Afetiva	Emancipação acontece pela práxis e visa romper as condições de opressão/dominação/exclusão. É tarefa histórica; conquista de humanidade. Freire fala em emancipação do indivíduo e da sociedade o que pressupõe mudanças políticas radicais; forma de relação do sujeito com o mundo e com os outros que o leva a ser mais. A educação libertadora atua no sentido da emancipação

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

A escola, em estudo, incorpora em suas praticas educacionais, culturais, políticas, a valorização dos sujeitos e dos seus saberes. Assume a proposta de Freire de conceber o homem como ser que se constrói nas relações com os outros e com o contexto, em que vive, e que é capaz de transformar. Em qualquer grau de ensino e espaço de formação os educandos têm possibilidade de falar, ouvir e ser ouvido.

A escola parte da compreensão do lugar desses sujeitos históricos no mundo, por meio de pesquisa participante e tenta desenvolver conhecimentos e também valores

como o respeito à diferença, a solidariedade e a dedicação ao conhecimento. Valoriza e faz do diálogo espaços de aprendizagem. Desenvolve projetos que valorizam o camponês, contribuem para o desenvolvimento da comunidade e fortalecem a identidade do Movimento e seus sujeitos.

A realidade vivencial das comunidades assentadas torna-se tema para o desenvolvimento dos projetos educativos e práticas educacionais. Nestes projetos, os debates convocam a comunidade camponesa às decisões políticas que lhes dizem respeito. Esta participação reforça a cultura de resistência que se manifesta na luta e favorece a emancipação dos sujeitos sem-terra.

Para concluir

Podemos dizer que a escola que pesquisamos *orienta suas vivências pela proposta educativa freireana, principalmente quanto à visão de contexto, diálogo e emancipação dos educandos e educandas.*

Referências

AUED, B. W. et al. Retratos do MST: ligas camponesas e movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Cidade Futura, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. 17ª. ed., Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro. 5ª. ed., Paz e Terra, 1981.

TORRES, Alfonso Carrillo. La Educación Popular: trayectoria y actualidad. Bogotá, Ed, El Búho Ltda. 2008.

PALUDO, Conceição. Educação popular em busca e alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. Tomo edital, Porto Alegre. 2001.

Revista – Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2010.

Plano Político Pedagógico 2006 – Escola Estadual de Ensino Médio Joceli Correa

